

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2411257143M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

8º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Superior Eleitoral + Tribunal Regional Eleitoral
TSE + TREs (Concurso Unificado)

CARGO:

Cargo 20: Técnico Judiciário
Área Administrativa – Agente de Polícia Judicial

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TSE + TRES (CONCURSO UNIFICADO) – 8º SIMULADO – CARGO 20: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Fidelis Almeida

Texto I

1 Em realidade, o conhecimento consciente, que orienta as
ações do indivíduo, constitui apenas uma parte das condições
que lhe permitem alcançar seus fins. Em primeiro lugar, sabemos
que a própria mente do homem é produto da civilização na qual
5 ele cresceu, quase sem se dar conta da experiência que a formou
– experiência da qual se utiliza e que está incorporada nos hábi-
tos, convenções, linguagem e princípios morais que a constituem.
Em segundo lugar, é preciso considerar que o conhecimento que a
mente individual coordena conscientemente é apenas uma pequena
10 parte do conhecimento que, a cada momento, contribui para o êxito
de seus atos. Quando nos damos conta de que o conhecimento de
outras pessoas constitui uma condição essencial ao êxito da busca
de nossos objetivos individuais, nossa ignorância das situações que
condicionam os resultados da nossa ação parece simplesmente des-
15 concertante. O conhecimento existe apenas enquanto conhecimento
individual. Falar do conhecimento da sociedade como um todo não
é mais que uma metáfora. A soma dos conhecimentos de todos os
indivíduos não existe, em parte alguma, como um todo integrado.
O grande problema está em descobrir de que modo todos podemos
20 aproveitar esse conhecimento, que se encontra disperso, na forma
de ideias separadas, parciais e, às vezes, conflitantes, nas mentes de
todos os homens.

Em outras palavras, é principalmente porque a civilização nos
permite aproveitar constantemente o conhecimento que não temos
25 a nível individual e porque o uso que cada indivíduo faz de seu
conhecimento particular pode contribuir para ajudar pessoas que
ele não conhece a realizar seus objetivos, que os homens, enquanto
membros de uma sociedade civilizada, podem prosseguir na bus-
ca de suas metas individuais com muito mais êxito do que se pre-
30 cisassem agir com seus próprios recursos. Sabemos muito pouco
a respeito dos fatos específicos aos quais a atividade social como
um todo se ajusta continuamente, para nos oferecer aquilo que
nos acostumamos a esperar. Menos ainda sabemos das forças que
produzem este ajustamento, coordenando de maneira apropriada a
35 atividade individual. E nossa atitude, quando verificamos que mal
sabemos por que motivos somos levados a cooperar, é, de um modo
geral, mais de ressentimento do que de admiração ou curiosidade.
Nosso impulso ocasional de arrebentar todo o complicado mecanis-
mo da civilização deve-se em grande medida a essa incapacidade
40 do homem de compreender o que está fazendo.

HAYEK, Friedrich A. *Os fundamentos da liberdade*. Supervisão e introdução de Henry Maksud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983. (com adaptações)

Acerca das ideias e da organização discursiva do texto I, julgue os itens subsequentes.

- 1 O texto afirma que o conhecimento que orienta as ações individuais é essencialmente coletivo, pois resulta da soma de experiências de todos os membros da sociedade.
- 2 O autor considera o desconhecimento das forças que coordenam as atividades sociais uma condição necessária para a adaptação e o ajustamento da sociedade.
- 3 De acordo com o autor, o uso do conhecimento pessoal para auxiliar outros indivíduos desconhecidos é um exemplo do modo como a civilização favorece o alcance de objetivos individuais.
- 4 Para o autor, o impulso de “arrebentar o mecanismo da civilização” revela a incapacidade humana de compreender plenamente a complexidade das interações sociais.
- 5 A afirmação de que “nossa ignorância das situações que condicionam os resultados da nossa ação parece simplesmente desconcertante” sugere que, para o autor, essa ignorância é inevitável e não deve ser questionada.
- 6 O texto é predominantemente argumentativo, pois apresenta uma análise crítica sobre a forma como o conhecimento individual e coletivo impacta a civilização e a cooperação social.

Acerca de aspectos linguísticos do texto I, julgue os itens subsequentes.

- 7 A oração “por que motivos somos levados a cooperar” (penúltimo período do segundo parágrafo) exprime a noção de causa.
- 8 No segundo período do primeiro parágrafo, seria correto a substituição do travessão pela vírgula.
- 9 No segundo período do primeiro parágrafo, o vocábulo “a” em “que a formou” refere-se a “civilização na qual ele cresceu”.
- 10 No primeiro período do segundo parágrafo, os termos “de uma sociedade civilizada” e “de suas metas individuais” exercem a mesma função sintática.
- 11 Seriam preservadas a correção gramatical e a coerência textual caso a forma verbal “permitem” (primeiro período do primeiro parágrafo) fosse substituída por “permite”, dada a natureza partitiva do sujeito “uma parte das condições”.

- 12 Mantém-se a correção gramatical e a coerência do texto com a seguinte reescrita do trecho “Sabemos muito pouco a respeito dos fatos específicos aos quais a atividade social como um todo se ajusta”: **Sabemos muito pouco a respeito dos fatos específicos a que a atividade social como um todo se ajusta.**

Texto II

1 As populações sedentárias sitiadas se recusam a aceitar as regras e riscos do novo jogo de poder “nômade”, atitude que a nova elite global nômade acha extremamente difícil (bem como repulsiva e indesejável) de entender e não pode perceber senão como um sinal de retardamento e atraso. Quando se trata de confrontos, e particularmente confrontos militares, as elites nômades do moderno mundo líquido percebem a estratégia territorialmente orientada das populações sedentárias como “bárbara” por comparação à sua própria estratégia militar “civilizada”. Agora é a elite nômade que dá o tom e dita os critérios pelos quais as obsessões territoriais são classificadas e julgadas. A mesa foi virada — e a velha e testada arma da “cronopolítica”¹, outrora utilizada pelas triunfantes populações sedentárias para expulsar os nômades para a pré-história bárbara e selvagem, é agora utilizada pelas vitoriosas elites nômades em sua luta com o que restou da soberania territorial e contra aqueles que ainda se dedicam à sua defesa.

Em sua reprovação das práticas territoriais, as elites nômades podem contar com o apoio popular. O ultraje experimentado à vista das massivas expulsões chamadas de “limpeza étnica” ganha vigor adicional pelo fato de que elas parecem estranhamente uma versão ampliada das tendências manifestadas diariamente, ainda que em menor escala, perto de casa — em todos os espaços urbanos das terras que fazem a cruzada civilizadora. Lutando contra os “faxineiros étnicos”, exorcizamos nossos “demônios”, que nos estimulam a pôr em guetos os indesejáveis “estrangeiros”, a aplaudir o estreitamento do direito de asilo, a demandar a remoção dos constrangedores estrangeiros das ruas da cidade e a pagar qualquer preço pelos abrigos cercados de câmeras de vigilância e guardas armados. Na guerra iugoslava o que estava em jogo para os dois lados era notavelmente semelhante, embora o que era o objetivo declarado de um dos lados fosse um segredo ansiosamente guardado pelo outro. Os sérvios queriam expulsar de seu território uma minoria albanesa recalcitrante e embaraçosa, enquanto os países da OTAN, por assim dizer, “respondiam à altura”: sua campanha militar foi deslançada pelo desejo dos outros europeus de manterem os albaneses na Sérvia, matando assim no ninho a ameaça de sua reencarnação como migrantes constrangedores e indesejados.

Fonte: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001. (com adaptações)

¹ A cronopolítica é o uso do tempo como ferramenta de poder para marginalizar ou controlar grupos, posicionando-os como ultrapassados ou pertencentes a uma época inferior em relação a outros considerados mais “civilizados”.

Os itens seguintes referem-se às ideias do texto. Julgue-os.

- 13 Segundo o texto, as elites nômades enxergam a estratégia territorial das populações sedentárias como uma ameaça ao desenvolvimento de um mundo sem fronteiras e sem barreiras físicas.
- 14 O autor argumenta que a reprovação das práticas territoriais pelas elites nômades se deve ao desejo dessas elites de eliminar todos os aspectos do passado das sociedades sedentárias.
- 15 A cronopolítica, utilizada anteriormente para marginalizar os nômades, é agora uma arma das elites nômades para enfraquecer as bases da soberania territorial, evidenciando uma inversão de papéis históricos.
- 16 Segundo o autor, a guerra iugoslava expôs interesses divergentes entre a OTAN e os países europeus, já que a primeira queria proteger os albaneses e os últimos queriam evitar a migração dessa população.
- 17 O texto sugere que as práticas de segregação nas terras “civilizadas” são um reflexo dos mesmos impulsos que alimentam as limpezas étnicas vistas em outros contextos.

Considerando aspectos linguísticos do texto II, julgue os itens a seguir.

- 18 O sentido do segundo período do segundo parágrafo seria preservado se a locução conjuntiva “ainda que” fosse substituída por **conquanto**.
- 19 No segundo período do primeiro parágrafo, o autor emprega aspas essencialmente para realçar o sentido dos vocábulos ‘bárbara’ e ‘civilizada’.
- 20 No terceiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “que” funciona como um pronome relativo que retoma a expressão “elite nômade”.
- 21 No último período do segundo parágrafo, o vocábulo “recalcitrante” apresenta o sentido de **resistente**.
- 22 No penúltimo período do segundo parágrafo, a forma verbal “fosse” expressa uma ação hipotética.
- 23 No texto, o emprego de hífen no vocábulo “pré-história” é facultativo.
- 24 No segundo período do segundo parágrafo, o sinal grave empregado justifica-se pela contração da preposição “a”, regida por “experimentada”, com o artigo “a”, que determina o substantivo “vista”.
- 25 No primeiro período do primeiro parágrafo, é gramaticalmente lícita a colocação enclítica do pronome oblíquo “se”.

Noções de Direito Administrativo

Vinicius Marques

Com base nos princípios da organização administrativa, julgue o item a seguir.

- 26** Em uma situação hipotética, o Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista cuja maior parte do capital pertence à União, decidiu instituir uma política interna para fomentar a concessão de crédito a pequenas empresas. Para isso, implementou um novo programa de microcrédito, direcionado exclusivamente a microempresendedores.
- Nessa situação, por se tratar de uma sociedade de economia mista que desempenha atividades de natureza econômica, o Banco do Brasil pode adotar tal programa e oferecer condições diferenciadas para o crédito, sem necessidade de sujeição integral aos princípios constitucionais da administração pública, como legalidade, impessoalidade e publicidade, aplicáveis apenas aos órgãos da administração direta.

Ainda sobre organizações administrativas e responsabilidade civil do Estado, julgue o item que se segue.

- 27** João ingressou com ação judicial contra o Banco do Brasil S.A., visando a reparação de danos sofridos em uma transação financeira realizada por erro administrativo do banco. João argumenta que o Banco do Brasil, por ser uma sociedade de economia mista, deve responder objetivamente pelos danos causados a ele, independentemente de comprovação de dolo ou culpa.
- Nesta situação, o Banco do Brasil, por ser uma sociedade de economia mista que explora atividade econômica, não se submete ao regime de responsabilidade civil objetiva previsto para a Administração Pública, estando sujeito, portanto, ao regime jurídico das empresas privadas, que exige a comprovação de dolo ou culpa para a responsabilização pelos danos causados a terceiros.

Sobre as empresas públicas e as sociedades de economia mista, julgue os itens que se seguem.

- 28** De acordo com o que determina o TCU, as empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica, ainda que pretendam celebrar contratos diretamente relacionados com o exercício da atividade fim, estão obrigadas a se submeter ao procedimento da licitação.
- 29** A vedação da acumulação de empregos, cargos ou funções públicas não se aplica às sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, em razão do regime concorrencial a que se submetem.

Acerca das empresas públicas, julgue o item que se segue.

- 30** As empresas públicas, no que se refere a direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, possuem personalidade jurídica de direito privado, não lhes sendo estendidas prerrogativas públicas, ainda que se trate de atuação em regime não concorrencial para prestação de serviços públicos.

Ainda sobre as sociedades de economia mista, julgue os itens que se seguem.

- 31** Segundo o STF, o TCU não é competente para fiscalizar as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, por entender que os bens dessas entidades são privados.
- 32** Para a moderna doutrina, a empresa pública pode adotar qualquer forma de organização societária, inclusive a de sociedade anônima, enquanto a sociedade de economia mista deve, obrigatoriamente, adotar a forma de sociedade anônima.

Sobre os atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 33** A teoria dos motivos determinantes impõe que os atos administrativos discricionários estejam sempre vinculados à finalidade prevista em lei, sendo que, uma vez expedido o ato, ele só pode ser desfeito mediante novo ato com idêntica motivação.
- 34** Ainda de acordo com a doutrina, a presunção de legitimidade do ato administrativo permite que este produza efeitos mesmo antes de sua publicação, dispensando o exame de validade, salvo em casos específicos em que a lei exige prévia autorização.

Ainda sobre o tema atos administrativos e suas peculiaridades, julgue o item que se segue.

- 35** O ato administrativo discricionário goza de ampla liberdade de escolha pelo agente, podendo o mérito administrativo ser revisto pelo Judiciário caso este verifique excesso ou desvio de poder no ato praticado.
- 36** Para serem considerados válidos, os atos administrativos devem obedecer aos elementos competência, finalidade, forma, motivo e objeto, sendo que a ausência desses elementos poderá invalidar o ato.
- 37** A autotutela da administração sobre seus atos permite a anulação dos atos ilegais e a revogação dos inconvenientes ou inoportunos, podendo tal prerrogativa ser exercida por qualquer agente público sem necessidade de motivação.

Acerca do tema agentes públicos e suas peculiaridades, julgue os itens que se seguem.

- 38** Os agentes públicos, independentemente de sua categoria, são sempre remunerados diretamente pela administração pública, sendo vedada a sua atuação em atividades privadas.
- 39** Os agentes públicos que atuam em autarquias e fundações públicas são considerados servidores públicos, e sua relação com a administração é sempre regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- 40** Os agentes públicos podem ser classificados em servidores públicos, agentes políticos, e colaboradores, sendo que os colaboradores não possuem vínculo empregatício com a administração pública.

41 A atividade dos agentes políticos é caracterizada pela existência de vínculo de subordinação com a administração pública, ao contrário dos servidores públicos, que possuem autonomia na execução de suas funções.

42 A responsabilidade civil dos agentes públicos é sempre objetiva, independentemente de dolo ou culpa, uma vez que os atos praticados no exercício de suas funções devem ser garantidos pela administração pública.

Sobre os poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

43 O poder discricionário da administração pública permite que o agente público escolha a melhor forma de atuar em determinadas situações, mas essa escolha deve sempre ser justificada por motivos de conveniência e oportunidade, sendo passível de controle judicial em todos os casos.

44 Conforme entendimento doutrinário, o poder de polícia é um dos poderes administrativos que visa restringir o exercício de direitos individuais em nome do interesse público, podendo ser exercido, por exemplo, em situações de fiscalização de estabelecimentos comerciais para garantir a saúde pública e a segurança.

45 Segundo a Lei n. 14.133/2021, que trata de licitações, quando a fase de julgamento anteceder a de habilitação e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

46 Conforme informações previstas na Nova Lei de Licitação, as condições de habilitação serão definidas no edital e as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

47 Uma das inovações previstas na nova Lei de Licitações sobre a inexigibilidade de licitação ocorre nos casos de contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação, necessariamente, não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas e as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.

Ainda sobre os poderes garantidos à Administração Pública, julgue os itens a seguir.

48 O poder regulamentar, que permite à Administração Pública editar normas complementares à legislação, pode ser exercido por qualquer agente público, independentemente de sua hierarquia, visando apenas à organização interna da administração.

49 O poder hierárquico permite à Administração Pública rever atos de seus subordinados, mas não confere a possibilidade de delegação ou avocação de competências, visto que essas ações são restritas ao poder discricionário.

50 O poder de controle é uma prerrogativa da administração pública que permite a revisão de seus atos administrativos, podendo ser exercido mediante a realização de auditorias internas, porém não se aplica à fiscalização externa feita pelos tribunais de contas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Segurança Judiciária – Segurança de dignitários. Noções de planejamento de segurança

Fernando Marinha

Agentes de Polícia Judicial foram designados para reforçar a segurança física de um tribunal em uma área urbana de alto risco. A equipe deve avaliar e escolher entre diferentes barreiras de proteção, incluindo muros, cercas, grades e ofendículos. Com base nas características, vantagens e desvantagens de cada opção, devem identificar a escolha mais apropriada para cada situação.

Com base na doutrina de segurança e gestão de áreas e instalações, julgue o item a seguir.

- 51** Entre as opções de cercas disponíveis, a tela eletrosoldada é mais indicada que a tela alambrado para áreas que exigem maior resistência a impactos e uma estrutura mais durável.

No contexto de segurança dos tribunais, as câmeras instaladas no sistema de circuito fechado de televisão (CFTV) são fundamentais para a vigilância e monitoramento das dependências. Muitas dessas câmeras utilizam tecnologia CCD (Charge-Coupled Device), um dispositivo analógico que transforma imagens capturadas em sinais elétricos enviados para centrais de monitoramento. Os agentes de polícia judicial são responsáveis por assegurar que esses dispositivos estejam operando de forma eficiente para capturar e transmitir imagens em tempo real.

Com base nessas informações e no conhecimento sobre equipamentos eletrônicos de segurança, julgue o item a seguir.

- 52** A tecnologia CCD permite que as câmeras de segurança analógicas dos tribunais capturem imagens ao dividir a área da imagem em múltiplos elementos sensíveis à luz, conhecidos como "pixels", que correspondem a diferentes áreas da imagem capturada.

Fonte: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-sensor-ccd/>

Em um tribunal, a segurança física é essencial para proteger pessoas e ativos. Policiais judiciais desempenham um papel importante na implementação de medidas de segurança, que são divididas em diferentes categorias e ramos, conforme as necessidades específicas de proteção. Esses agentes devem entender as distinções entre os termos "Segurança das Pessoas" e "Segurança dos Ativos" para aplicar corretamente os procedimentos em cada contexto.

Acerca da doutrina de segurança corporativa estratégica, julgue o item a seguir.

- 53** No contexto do tribunal, a segurança das pessoas refere-se à proteção de todos os recursos humanos que circulam na instituição de maneira geral e indiscriminada, sem focar na proteção de indivíduos ou grupos específicos.

Em um tribunal federal, polícia são responsáveis por implementar medidas de segurança para proteger as instalações e os oficiais. Um plano de segurança foi elaborado com base na metodologia de análise de riscos em segurança orgânica (ARSO), que incluiu avaliação das vulnerabilidades e ameaças presentes.

Com base na doutrina de análise de risco, julgue o item a seguir.

- 54** O planejamento de segurança realizado pelo tribunal baseia-se no princípio de que as ameaças e as vulnerabilidades são variáveis controláveis, devendo o sistema de segurança orgânica ajustar as medidas para reduzir os riscos com foco nas ameaças externas.

Dentre as atribuições dos agentes e inspetores de polícia judicial está a de realizarem a proteção de magistrados, assegurando sua integridade física em deslocamentos a pé e situações de potencial risco. A fim de operacionalizá-la, devem utilizar formações táticas para garantir uma cobertura corporal eficaz.

Com base na doutrina de segurança de dignitários, julgue o item a seguir.

- 55** A formação diamante, também chamada de losango, é usada em ambientes confinados ou quando o deslocamento ocorrer por meio de espaços aglomerados. Desta forma, os agentes devem manter uma distância homogênea em relação à autoridade, de maneira a protegê-la em bloco e com cobertura em todas as direções.

Dentre as atribuições dos agentes e inspetores de polícia judicial está a de garantir a segurança das pessoas que circulam nas dependências das instalações. Para isso é necessário terem ciência da aplicação dos gradientes de força.

Com base na doutrina de defesa pessoal, julgue o item a seguir.

- 56** A presença de um policial judicial em postura de alerta, uniformizado e com equipamento visível visando dissuadir um agressor em potencial é entendida como o primeiro gradiente de força.

Segurança Judiciária – Noções de segurança da informação

Mauricio Franceschini

Com relação aos conceitos de segurança da informação e graus de sigilo da informação, julgue a sentença a seguir.

- 57** Os graus de sigilo estabelecidos pela legislação brasileira aplicam restrição de acesso aos dados por tempo indeterminado até que uma nova legislação sobre o assunto ponha termo à restrição.

Quanto aos aspectos básicos de segurança da informação, envolvendo as vulnerabilidades e ameaças relacionadas a eles, julgue o próximo item.

- 58** Em segurança da informação, vulnerabilidade é um aspecto que diz respeito exclusivamente ao usuário ou administrador dos ativos de informação, visto serem os responsáveis pela implementação de segurança em seu ambiente, como instalação de antimalware, ativação e configuração de firewall, cadastro de senha forte e multifator de autenticação, dentre inúmeros outros recursos.

Quanto aos conceitos associados a ameaças, vulnerabilidades, riscos, incidentes e danos que envolvem os aspectos de segurança da informação, julgue o item seguinte.

- 59** Uma estação de trabalho que esteja com o antivírus desatualizado ou desativado ou um servidor de arquivos que esteja com o sistema operacional desatualizado constitui um dano aos ativos computacionais, pois comprometeu a integridade dos dados.

Com relação às noções de segurança da informação, que envolvem os atributos básicos, julgue a seguinte afirmativa.

- 60** A disponibilidade da informação é um atributo básico de segurança que garante que os dados estejam sempre acessíveis e disponíveis.

Quanto aos aspectos concernentes aos princípios básicos e às ferramentas que asseguram a segurança da informação, julgue a assertiva a seguir.

- 61** A assinatura digital é um importante recurso de autenticação de documentos digitais e pode ser utilizada gratuitamente pelo portal gov.br, oferecido pelo Governo Federal.

No que diz respeito aos aspectos relacionados à segurança da informação e ao comportamento do agente, julgue o item seguinte.

- 62** No que tange ao gerenciamento de senhas na internet, a maioria dos softwares de navegação da internet oferecem uma carteira de armazenamento de senhas pessoais, bem como a geração de senhas fortes e ainda a verificação de vazamentos de senhas na internet.

Segurança Judiciária – Noções sobre serviço de inteligência

Diego Fontes

- 63** Atividades desenvolvidas por instituições privadas prescindem do desenvolvimento de ações de contrainteligência.

- 64** A existência de distintas categorias de inteligência tem relação com a necessidade de assessoramento a processos de tomada de decisões em variadas áreas de natureza estratégica.

- 65** Na fase de planejamento da metodologia de produção do conhecimento de inteligência, o assunto objeto do conhecimento a ser produzido deverá ser apontado de modo preciso, determinado e específico.

- 66** De acordo com a Técnica de Avaliação de Dados (TAD), no julgamento da fonte devem ser verificados os parâmetros de semelhança, coerência e compatibilidade.

- 67** A execução da Política Nacional de Inteligência, fixada pelo Presidente da República, será levada a efeito pela ABIN, sob a supervisão do competente órgão de controle externo da atividade de inteligência.

- 68** Os órgãos associados que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) são todos aqueles órgãos e entidades do Poder Executivo federal que já têm unidades dedicadas às atividades de inteligência ou atividades similares e que atuam em assuntos estratégicos relacionados a temas da Política Nacional de Inteligência.

Segurança Judiciária – Noções de combate a incêndio

Raylton Carvalho

- 69** Mário é segurança judiciário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, em uma das suas rondas, deparou-se com um princípio de incêndio na sala de arquivos, onde são armazenados de forma impressa. Nesse caso, Mário deverá usar o extintor de água para combater o princípio de incêndio.

- 70** Classe B são combustíveis líquidos: gasolina, álcool, diesel, querosene, tintas, solventes, óleos e gorduras de cozinha, resinas e óleos vegetais.

- 71** O Ponto de fulgor (flashpoint) é atingido quando o combustível é aquecido de forma gradual até uma temperatura que permita que os vapores combustíveis dele emanados se incendeiem mesmo sem a presença de um agente ígneo.

- 72** O resfriamento consiste em impossibilitar a chegada de oxigênio à combustão.

- 73** Convecção é a forma de transmissão de calor por meio de ondas eletromagnéticas que atravessam o ar, irradiadas do corpo em chamas.

- 74** A fumaça, por muito tempo negligenciada pelas guarnições de bombeiros, assume papel importantíssimo no combate a incêndio, pelo potencial de causar danos à saúde dos combatentes, pela capacidade de aceleração da propagação do incêndio e pela dificuldade gerada pela baixa visibilidade e abafamento acústico causado por ela.

Segurança Judiciária – Noções de primeiros socorros

Fernanda Feitosa

Julgue os itens a seguir.

- 75** Ao avaliar a cena, é importante contar o número de vítimas e identificar a mais grave.
- 76** Em caso de queimadura, a área afetada deve ser lavada com água quente e sabão.
- 77** Se a vítima de engasgo estiver inconsciente, deve-se iniciar a respiração boca a boca imediatamente.
- 78** É seguro oferecer água e comida para uma pessoa que acabou de desmaiar.
- 79** Uma vítima consciente pode ser transportada em qualquer posição.
- 80** Em caso de sangramento externo, a pressão deve ser aplicada diretamente sobre o ferimento.

Segurança Judiciária – Legislação

Rafael de Oliveira

- 81** Resistência e desobediência são crimes contra a Administração Pública, sendo a desobediência caracterizada pela resistência ativa à execução de ato legal praticado por funcionário público, conforme previsto no Código Penal Brasileiro.
- 82** O crime de desacato é considerado de menor potencial ofensivo e, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a aplicação de medidas despenalizadoras é possível para este crime, observados os requisitos legais.
- 83** A Lei n. 13.869/2019 prevê que a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas configura abuso de autoridade, desde que gere prejuízo ao administrado.
- 84** A conduta de impedir, de forma consciente e deliberada, o acesso de uma pessoa a estabelecimento comercial em razão de preconceito de raça ou cor constitui crime de discriminação, sendo a punição prevista na Lei n. 7.716/1989.
- 85** Conforme a Lei n. 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), é garantido ao idoso o atendimento preferencial e individualizado junto aos órgãos públicos e privados, com preferência também nos procedimentos judiciais em que figure como parte.

- 86** A posse de arma de fogo de uso permitido, sem autorização legal, configura crime previsto no Estatuto do Desarmamento, sendo este delito inafiançável.

- 87** A Lei n. 10.098/2000 estabelece que o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

- 88** As pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

- 89** Segundo a Resolução Conjunta CNMP/CNJ n. 4/2014, é expressamente proibida a utilização e o porte de arma institucional fora dos limites territoriais de atuação da respectiva Instituição, ressalvadas as situações previamente autorizadas.

- 90** A Lei n. 5.553/1968 estabelece que nenhum documento de identificação pessoal pode ser retido por funcionário público ou particular.

Noções de Direitos Humanos

Matheus Atalano

- 91** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos é um dos tratados internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil sob o rito do art. 5º, § 3º, da CRFB/88, o que indica que possui status de emenda constitucional.

- 92** Apesar de ser um dos temas mais estudados no direito contemporâneo, não há nenhuma menção à proteção de dados pessoais na Constituição Federal.

- 93** O PNDH-3 é silente quanto a promoção do direito à verdade e à memória.

- 94** A Convenção de Nova Iorque sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um dos tratados internacionais sobre direitos humanos que o Brasil se vincula e, por isso, possui status de norma supralegal.

- 95** O PNDH, até por ter uma relação histórica com a Declaração e Programa de Ação de Viena, estabelece que os direitos humanos devem ser garantidos de forma universal, indivisível e interdependente.

- 96** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos não trata diretamente dos direitos de segunda geração dos direitos humanos; apenas indiretamente.

- 97** A Comissão Interamericana sobre Direitos Humanos possui seis membros eleitos para um mandato de quatro anos com uma reeleição possível.

- 98** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos é indiferente quanto a possibilidade de os Estados adotarem a pena de morte.

- 99** O Brasil tem um longo histórico de juízes na Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Corte possui sete juízes eleitos para mandato de seis anos com uma reeleição possível. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece que cada país pode propor até três nomes, mas que só poderá haver um juiz por nacionalidade.
- 100** A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão é um dos primeiros e mais importantes documentos a conter normas de direitos humanos numa perspectiva moderna.

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal

Pâmella Thayná

No que diz respeito à aplicação do Direito Penal, julgue os próximos itens.

- 101** Considera-se lugar do crime tanto o local em que ação ou a omissão tiver ocorrido como o local da produção do resultado.
- 102** Não se admite o emprego da analogia no direito penal.
- 103** Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, a reparação do dano ou a restituição da coisa, desde que feita antes do oferecimento da denúncia, autoriza a diminuição da pena.
- 104** A definição do quantitativo de diminuição da pena pela tentativa considera a proximidade do resultado almejado pelo agente.

No que diz respeito aos crimes em espécie, julgue os próximos itens.

- 105** O crime de invasão de dispositivo informático tem o prejuízo econômico como um dos elementos constitutivos do tipo.
- 106** O fato de o crime ter sido cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático qualifica o crime de furto.
- 107** De acordo com o Código Penal, não se impõe pena ao agente que tiver praticado delito de apropriação indébita em desfavor de ascendente, de descendente ou de pessoa com quem coabita.
- 108** O crime de advocacia administrativa pode ser praticado por qualquer agente público, ainda que não exerça a função de advogado ou defensor.
- 109** Os crimes de contrabando e de descaminho são crimes praticados por particulares em desfavor da Administração Pública estrangeira.
- 110** Prática denúncia caluniosa aquela que, em razão de imputação de infração ético-disciplinar a pessoa sabidamente inocente, dá causa à instauração de procedimento administrativo disciplinar.

Sobre o inquérito policial e as provas no processo penal, julgue os itens seguintes.

- 111** A *notitia criminis* de cognição coercitiva ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento da conduta criminosa quando da apresentação do indivíduo preso em flagrante.
- 112** O defensor do investigado, além de ter acesso aos elementos de prova já documentados nos autos do inquérito policial, também pode apresentar defesa, requisitar diligências e efetivar o contraditório.
- 113** Admite-se, mesmo antes de iniciada a ação penal, que o juiz ordene a produção de quaisquer provas.
- 114** O ascendente, o descendente ou o cônjuge do acusado são proibidos de depor.
- 115** A realização da perícia por peritos oficiais impõe ao juiz um limite de atuação, de forma que não poderá decidir em sentido diverso do constatado na prova.
- 116** De acordo com o STF, a norma do Código de Processo Penal que autoriza a condução coercitiva do réu para realização do interrogatório não encontra amparo na Constituição Federal.

A respeito da restrição de liberdade e dos vários aspectos relacionados a esse assunto, julgue o item que se segue.

- 117** A prisão em flagrante independe de ordem judicial.
- 118** No quase-flagrante, a perseguição do agente tem início logo após o cometimento do fato delituoso.
- 119** A prática do racismo constitui crime insuscetível de liberdade provisória.
- 120** Como regra geral, não se admite a execução da pena antes que a sentença penal tenha transitado em julgado para a acusação e para defesa.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL + TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
8º SIMULADO
CARGO 20: TÉCNICO JUDICIÁRIO
ÁREA ADMINISTRATIVA – AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL

FOLHA DE RESPOSTAS

Item 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15
Respostas

Item 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
Respostas

Item 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45
Respostas

Item 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60
Respostas

Item 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75
Respostas

Item 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90
Respostas

Item 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105
Respostas

Item 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120
Respostas

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora